

A FESTA DA POSSE

AFP



No Planalto, Lula assina as supressões de vários atos baixados por Bolsonaro. Entre eles, o que suspende o avanço da mineração até nas terras indígenas

“Revogação” como 1º ato do novo governo

Lula assina a suspensão de permissões baixadas por Bolsonaro, tais como as que dão acesso a arma e munição. E determina à CGU que reavalie sigilos de 100 anos

» VICTOR CORREIA

Em seu primeiro ato como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu a promessa de reverter ações do ex-presidente Jair Bolsonaro assinando o chamado “revogação”, anunciado repetidas vezes na campanha. Durante a cerimônia, ontem, no Palácio do Planalto, que precedeu a posse dos ministros, ele assinou medidas para suspender decretos como os que flexibilizaram o acesso a armas de fogo, os sigilos de 100 anos para informações sensíveis e também para recompor o combate à devastação da Amazônia.

As revogações foram anunciadas por Lula no discurso no Plenário do Senado. “Hoje (ontem) mesmo estou assinando medidas para reorganizar as estruturas do Poder Executivo, de modo que voltem a permitir o funcionamento do governo de maneira racional, republicana e democrática”, disse o presidente aos parlamentares e autoridades que acompanharam a cerimônia de assinatura do Termo de Posse.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, confirmou que os sigilos de 100 anos decretados por Bolsonaro estariam na primeira leva de decretos revogados. “Algumas (revogações) serão assinadas agora, e outras ao longo da noite”, afirmou, pouco antes da cerimônia no Palácio do Planalto.

A ministra do Planejamento e Gestão, Simone Tebet, adiantou que as próximas revogações estarão voltadas para medidas econômicas. “A expectativa é de que tenha. Ainda não conversei tanto com os outros três ministérios. É importante lembrar que (o Ministério da) Economia, agora, foi dividida em quatro: Fazenda, Planejamento e Gestão e Indústria e Comércio. Então, agora é hora de sentar, conversar, e tudo vai ser feito por meio de muito diálogo”, explicou.

Na sessão solene no Congresso, Lula destacou as medidas para desarmar a população, principal agenda de seu antecessor. “Estamos revogando os criminosos decretos de ampliação do acesso a armas de munições, que tanta insegurança e tanto mal causaram às famílias brasileiras. O Brasil não quer mais armas,

Roque de Sá/Agência Senado



Antes da posse de Lula, Padilha adiantou que a CGU avaliaria informações guardadas sob sigilo de um século

que paz e segurança para seu povo”, salientou.

Desarmamento

A assinatura das medidas ocorreu no Planalto, logo após Lula e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, receberem os cumprimentos pela posse. Os sete documentos estavam dispostos sobre uma mesa de madeira, junto com o ato normativo que oficializou a estrutura da Presidência e dos 37 ministérios que passam a compor o primeiro escalão do Poder Executivo.

Um dos decretos assinados por Lula é o pontapé em um processo de reestruturação da política de controle de armas. Segundo membros do governo, o objetivo é retornar ao Estatuto do Desarmamento, implementado em 2003 durante o primeiro mandato do petista.

A medida assinada ontem reduz o acesso a armas de fogo e munições, além de suspender o registro de novos artefatos para uso dos chamados CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). Também está suspensa a autorização para abertura de novos clubes de tiro até que haja regulamentação.

A partir de agora, também estão proibidos o transporte de armas muniçadas, a prática de tiro esportivo por menores de 18 anos e a posse de mais de três armas para cidadãos comuns — cujo limite, no governo Bolsonaro, era de seis. O texto também determina a criação de um grupo de trabalho para apresentar a nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento em 60 dias.

Lula assinou, ainda, um despacho para que a Controladoria-Geral da União (CGU) reavalie, em 30 dias, os sigilos impostos por Bolsonaro sobre informações e documentos públicos. A quebra dos sigilos do adversário foi uma das principais promessas do presidente durante a corrida eleitoral.

Por meio de uma medida provisória, Lula garantiu o pagamento de R\$ 600 para as famílias beneficiárias do “programa de transferência de renda vigente no país”, como anunciado pelo cerimonialista. Rebatizado de Auxílio Brasil por Bolsonaro, o programa voltará a se chamar Bolsa Família no novo governo. Lula também prorrogou por 60 dias a isenção de tributos federais nos combustíveis, medida baixada

no governo anterior e cuja extensão dividiu os grupos político e econômico do governo.

Outro despacho do presidente no primeiro dia foi uma determinação para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima também apresente nova regulamentação, em 45 dias, para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão criado para assessorar, estudar e propor ao governo propostas de políticas públicas ambientais.

Também foi restabelecido o Fundo Amazônia e a permissão do uso de R\$ 3,3 bilhões, oriundos de doações dos governos da Noruega e da Alemanha — que compõem o fundo —, para o combate ao crime ambiental na Amazônia. Lula revogou ainda o decreto de Bolsonaro que incentivava o garimpo ilegal na região, inclusive em terras indígenas.

Mais uma revogação pelo presidente foram as “normas impeditivas”, baixadas no governo passado, de participação da sociedade civil nos conselhos sociais, além da redução desses colegiados. Também tirou a Petrobras, os Correios e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) do programa de privatização.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Posse de Lula simbolizou o resgate do poder civil

A cerimônia de posse de um presidente da República é um rito de passagem, que simboliza na democracia a ideia de um governo do povo para o povo. O papel das percepções sociais e das expectativas tem importância muito grande, porque o poder não deriva apenas da posse e do uso dos recursos do Estado, assegurados no plano institucional. A imagem social do governo exerce influência sobre o poder real. Há muitas leituras possíveis sobre a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem. Podemos enumerar as principais, sem grandes dificuldades.

Nesse aspecto, subliminarmente, caracterizou-se uma ruptura entre o governo Bolsonaro, que projetava a tutela das Forças Armadas sobre as instituições da democracia, e o restabelecimento pleno da ordem democrática, com a reencarnação do poder civil pela Presidência. Foram muitas as simbologias. O fato de ter desfilado em carro aberto ao lado da primeira-dama Janja e do vice Geraldo Alckmin, acompanhado da mulher Lu Alckmin, contrariou os que defendiam que fizesse o trajeto da Catedral de Brasília ao Congresso num carro blindado. Lula não renunciou ao calor humano da grande massa de militantes petistas que ocupou a Esplanada.

Venceu o medo de que houvesse um atentado, disseminado pelos bolsonaristas radicais, desde o frustrado atentado a bomba num caminhão tanque cheio de gasolina de aviação, nas imediações do Aeroporto de Brasília. Confiou no planejamento de segurança adotado em sua posse, na qual o Comando Militar do Planalto teve um papel fundamental. Entretanto, a escolta de Lula não foi feita por agentes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), mas pela Polícia Federal. Os bedouros que abriram o cortejo presidencial eram motociclistas da Polícia Militar do Distrito Federal, e não do Batalhão de Guarda Presidencial ou pelo Corpo de Fuzileiros Navais.

No Plenário da Câmara, Lula reafirmou o compromisso com o combate às desigualdades e foi muito claro em demarcar terreno entre o seu governo, que simboliza o resgate do poder civil e a plenitude da democracia, e o projeto autoritário de Bolsonaro, que tinha a simpatia dos seus comandantes militares. Significativa foi ausência dos canhões da histórica Bateria Caiena, na cerimônia de passagem em vista dos destacamentos da Marinha, Exército e Aeronáutica. Os tradicionais tiros de canhão, que abrilhantavam a posse, supostamente não ocorreram para não assustar a cadelã Resistência, adotada por Janja durante a vigília feita pelos petistas em Curitiba, em solidariedade a Lula quando estava preso.

Resistência subiu a rampa do Palácio do Planalto com Lula, ao lado de representantes dos movimentos identitários e populares. Mas quem roubou a cena foi o velho cacique kayapó Raoni Metuktire, desafio de Bolsonaro e reverenciado internacionalmente. A imagem do presidente ao lado do maior líder indígena do país deve correr mundo, destacada pelos jornais e telejornais internacionais. Depois da nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, nada é mais simbólico do compromisso de Lula com a questão ambiental do que a aliança com Raoni.

Além do cacique, mais sete representantes de movimentos sociais subiram a rampa, como a catadora Aline Sousa, que pôs a faixa presidencial em Lula, e o menino negro Francisco, de 10 anos. Aline trabalha recolhendo resíduos para reciclagem desde os 14 anos e é da terceira geração de catadores da família. Foi o momento mais emocionante da posse.

Convergência

Um capítulo à parte foi o longo discurso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Confrontado com o discurso de Lula, ambos foram convergentes, mas estabeleceu uma agenda para o Congresso que servirá de balizamento para as relações do novo governo com o Parlamento. Sem dúvida, a principal linha de resistência do presidente à oposição é a base do governo no Senado.

Enquanto Pacheco assume a posição de aliado principal, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é um adversário à espreita, que pode inviabilizar o governo se Lula errar a mão na relação com o Centrão. Lira não conseguiu emplacar o deputado Elmar Nascimento (União-BA) no Ministério da Integração Nacional e tentou emparedar Lula na votação da PEC da Transição, mas acabou enfraquecido pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que acabou com o chamado orçamento secreto. A presidente do STF, Rosa Weber, esbanjou sorrisos na posse, ao contrário do procurador-geral da República, Augusto Aras, aliado de Bolsonaro.

Ontem mesmo, Lula começou a usar a caneta cheia de tinta que ganhou de um petista do Piauí, na campanha eleitoral de 1989. Logo após tomar posse, revogou o decreto que permitia o garimpo em áreas indígenas e de proteção ambiental; suspendeu os sigilos sobre informações e documentos da administração pública na gestão Bolsonaro; e determinou a retirada do processo de privatização de estatais empresas — Empresa Brasil de Comunicação, Correios e Petrobras.

Também adotou medidas de caráter administrativo, como a nova organização da Presidência da República e dos ministérios; a ampliação do pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil (que volta a se chamar Bolsa Família) para as famílias mais pobres; a prorrogação da desoneração sobre os combustíveis; o restabelecimento do Fundo Amazônia e o combate ao desmatamento; e a garantia de inclusão à educação.